



**ST16. INTERFACES ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA
50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964**

**SOB UM JOGO DE LUZ E SOMBRA: O ENSINO DE HISTÓRIA NO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GASTÃO GUIMARÃES DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA**

1118

Dulcinea Cerqueira Coutinho Barros¹

Resumo: Proponho apresentar os resultados preliminares da pesquisa que atualmente desenvolvo no Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana sobre a educação histórica posta em prática pelo Instituto de Educação Gastão Guimarães (IEGG) nos anos da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985). Utilizando como fontes documentais as memórias de ex-professores e ex-alunos, documentos escolares e a legislação educacional formulada e aplicada no período, buscamos demonstrar como os saberes e práticas do ensino de História desenvolvidos por esta escola de formação de professores, situada em Feira de Santana, cidade do interior da Bahia, estiveram atravessadas pelo ideário, memória e normatizações forjadas pelos setores que encabeçaram a ditadura então instalada no País.

Palavras-chave: Ensino de História. Ditadura Militar. IEGG.

Busco apresentar neste texto algumas breves reflexões sobre o ensino de História desenvolvido no Instituto de Educação Gastão Guimarães (IEGG) nos anos da Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Para tanto, inicio situando a trajetória da referida instituição escolar, pois, entendo que tais informações são importantes tanto para a compreensão do lugar historicamente ocupado por essa escola no cenário educacional da Bahia e de Feira de Santana, quanto dos saberes e práticas que permearam a formação do professor, especialmente, àqueles relacionados ao ensino de História.

É salutar assinalar, ainda, que as reflexões aqui apresentadas tem seu nascedouro na pesquisa em nível de Mestrado atualmente em curso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana e se alicerçam em memórias orais e fotográficas de ex-professores e alunos, em documentos escolares, na legislação educacional do período, em livros didáticos de História utilizados na escola, bem como, nas proposições teórico-metodológicas que permeiam as noções de "memória"

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História - UEFS, onde desenvolve a pesquisa "Ensino de História em tempos de Ditadura: sujeitos, saberes e práticas no Instituto de Educação Gastão Guimarães (1968-1978)" sob a orientação do Professor Dr^o. Carlos Augusto Lima Ferreira (UEFS). Licenciada em História (UEFS). Professora da Rede Pública Estadual de Ensino da Bahia.

(GUSMÃO, 2004; HALBWACHS, 1990; NORA, 1993), "saberes" e "práticas" (MONTEIRO, 2007).

Em meio a esse processo de pesquisa, as reminiscências de ex-alunos e ex-docentes sobre suas experiências pessoais e de trabalho com o ensino de História no IEGG durante a conjuntura ditatorial, levantadas através da metodologia da história oral, vem nos colocando diante de um jogo metafórico de luz e sombra, onde ora essas experiências são ricamente descritas ora aparecem envoltas numa atmosfera de obscuridade, que cabe a nós, historiadores, interpretar e registrar enquanto ainda há vozes a falar das experiências em ensino de História compartilhadas naquela conjuntura que progressivamente se afasta no tempo.

UMA BREVE TRAJETÓRIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GASTÃO GUIMARÃES

O Instituto de Educação Gastão Guimarães (IEGG) foi fundado em 1927 como Escola Normal de Feira de Santana, em cumprimento a lei nº 1.846 de 14 de agosto de 1925, que objetivava a reforma do ensino na Bahia. Essa reforma, idealizada pelo educador baiano Anísio Teixeira quando Diretor de Instrução Pública da Bahia, entre 1924-1928, tinha como uma de suas metas a criação de Escolas Normais no interior do Estado, aplacando a carência de profissionais para atuar no ensino primário da região².

Nos primeiros anos de seu funcionamento o número de alunos atendidos foi muito reduzido. De acordo com Neide Cruz e Marília Silva (1977, p. 31), em 1927, por exemplo, apenas duas turmas se constituíram, uma do 1º ano Normal, composta de quarenta alunos e, outra, do 2º ano, que funcionou, excepcionalmente, com uma única aluna³. Esse quadro se repetiu com leves alterações nos anos seguintes, o que significa afirmar que o IEGG configurou-se desde sua origem como um lugar de saber e de poder para poucos privilegiados, alunos de segmentos sociais reconhecidos, professores catedráticos e gestores, quase sempre do sexo masculino e diplomados em carreiras como a de medicina, agronomia e odontologia.

Algumas atividades mereceram destaque nas ações promovidas por esse centro de formação de professores, a exemplo, dos desfiles cívicos pelo Dia da Pátria e das solenidades de diplomação dos novos professorandos, aspectos explicitados tanto por Cruz e Silva (1977) quanto por Souza (2001), respectivamente:

a Escola Normal transformou-se, desde seu início, num centro, não só de atividades pedagógicas, mas de calor cívico e patriótico, infundindo, nos jovens que ali mourejavam, o zelo, o amor, a exaltação pelas comemorações cívicas, e, através delas, o respeito às tradições que constituem o sensível e intocável relicário da Pátria. (CRUZ & SILVA, 1977, p. 37)

² Sobre as motivações da escolha da cidade de Feira de Santana para sediar uma das Escolas Normais, bem como, sobre seu funcionamento, cotidiano e normatização entre as décadas de 1920 a 1950, ver: CRUZ & SILVA, 1977; SOUZA, 2001; SOUZA & CRUZ, 2012.

³ Tratou-se de Edith Mendes de Aguiar, filha do primeiro Diretor da Escola Normal, o professor Arthur Mendes de Aguiar.

As formaturas eram momentos de esplendor na cidade, da Escola Normal e das normalistas, quando o escol feirense reunia-se e demarcava seu Who's Who. Realizadas no salão do Paço Municipal ou no salão J. J. Seabra, no próprio prédio, antecedia do Te Deum na Matriz de Sant'Anna ou na igreja do Senhor dos Passos, mobilizava a cidade chique, com a presença das filarmônicas 35 - Eutherpe, Vitória ou 25 de Março – e o comparecimento das personalidades gradas: o prefeito, o juiz de Órfãos, o bispo ou vigário geral, os principais comerciantes, o chefe da polícia, e, no período da Segunda Grande Guerra, quando um destacamento do exército ficou sediado no prédio da Escola Normal, o seu comandante. (SOUZA, 2001. p. 87)

Em sua longa trajetória educativa essa escola recebeu várias denominações: Escola Normal, Escola Normal Rural, Escola Normal e Ginásio Estadual, Escola Normal e Colégio Estadual, até a sua última denominação, Instituto de Educação Gastão Guimarães, cunhada em 1962, em homenagem ao médico e ex-Diretor, Gastão Clóves Souza Guimarães, denominação que permanece até os dias atuais, mesmo não sendo mais este um instituto de formação de professores.

Na conjuntura do Golpe militar que ruiu a democracia e o projeto de *reformas de base* no Brasil, a escola foi um dos estabelecimentos escolares da Bahia beneficiados com um convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Governo do Estado, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a USAID (*United States Agency for International Development*), fato divulgado em um periódico da capital, o Jornal da Bahia, de 6 de Agosto de 1964, que publicou matéria intitulada "*Aliança*" *possibilita mobiliário*, que vem acompanhada de uma foto, cujo foco direcionou-se ao Diretor Geral do IEGG, o odontólogo Dival da Silva Pitombo.

O "Dr. Dival" como era mais conhecido, já desempenhava a função de Diretor da unidade desde 1955, onde permaneceu até 1976. Era uma figura com acessibilidade nos meios políticos da União Democrática Nacional (UDN) e, durante a fase do bipartidarismo, da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), marcando presença em solenidades públicas realizadas na cidade, nas quais, aparecia sempre ao lado de autoridades políticas, como Governadores e Secretários do Estado, relações que podem explicar algumas das benesses que o Instituto recebeu durante o período de sua permanência no cargo, como também, as concepções de educação e de ensino de História levadas a cabo durante o período da ditadura militar no País.

No final da década de 1960 o IEGG já possuía uma atuação consolidada de mais de quatro décadas na formação de professores primários, mantendo-se como uma das poucas opções da rede de ensino secundário de Feira de Santana, única do segmento público na formação de professores, razão para ter se transformado num espaço de aprendizagem profissional disputado pela comunidade estudantil local e também de municípios vizinhos.

Ao longo do período de vigência da ditadura civil-militar brasileira, a formação de professores ofertada, bem como, o ensino de História ministrado no IEGG foram adequando-se às determinações do novo regime político implantado e à nova Lei de

Diretrizes e Básicas da Educação, a LDB nº 5692/71. Esse período ficou caracterizado por uma perda da essência propedêutica do ensino ofertado por essa escola, que passou a enfatizar apenas o preparo técnico-profissional dos futuros professores, mudanças que vieram acompanhadas de outras tantas perdas relacionadas, a qualidade e imagem até então prevalecente do Instituto de Educação Gastão Guimarães como uma instituição de referência no cenário educacional da Bahia e de Feira de Santana.

O ENSINO DE HISTÓRIA NO IEGG DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Após o Golpe militar de 1964, conforme explicitou Daniel Aarão Reis (2004), as memórias em torno da *longa noite da ditadura militar* começaram a ser moldadas pelos militares que assumiram o poder. Tratou-se de um investimento abrupto na consecução de uma memória oficial em torno do 31 de março de 1964, um esforço em metamorfosear o sentido dos fatos, de um *golpe militar* para uma *revolução*. Desde então, setores conservadores da sociedade passaram a cultivar com esmero uma memória "como intervenção salvadora, em defesa da democracia e da civilização cristã, contra o comunismo ateu, a baderna e a corrupção" (REIS, 2004, p. 39).

Em várias cidades⁴ não tardaram as manifestações de apoio civil ao Golpe, onde se organizaram as Marchas da Família com Deus e pela Democracia, objetivando, como foi o caso da de Feira de Santana, "render graças a Deus pela vitória das fôrças democráticas em sua luta contra o comunismo"⁵.

Também em Feira de Santana, seu principal periódico, o jornal Folha do Norte, em matéria intitulada "Marcha da Família Feirense com Deus pela Democracia: a Feira, unida, demonstrou repúdio aos Traidores da Pátria"⁶ anunciou que entre as mais de trinta mil pessoas que fizeram-se presentes ao evento, encontravam-se além dos representantes das Forças Armadas, da Câmara de Vereadores, da Assembléia Legislativa do Estado, da Igreja Católica e de Evangélicas, professores e estudantes, que participaram acompanhados das bandas marciais de suas respectivas escolas, entre as quais, o Instituto de Educação Gastão Guimarães.

Ainda que tenham existido exceções, muitas instituições escolares constituíram-se como espaços privilegiados de acolhimento e disseminação da memória dominante, de seus valores e de determinados saberes e práticas que privilegiavam a ordem e a harmonia social, pretenso antídoto para o inimigo externo, o comunismo. Dessa forma, uma parcela significativa dos sujeitos da Escola foram incitados ou se dispunham, voluntariamente, a atuar como co-responsáveis na tarefa de propagar e zelar pela memória oficial, a memória da *Revolução*, da construção do 31 de março de 1964 como um novo marco político nacional, uma data digna de ser festejada e cultivada pelos

⁴ Carlos Fico (2012) em sua cronologia do Regime Militar apresenta uma lista com 42 Marchas da Família com Deus pela Liberdade ocorridas em várias cidades do Brasil a partir de 1º de Abril de 1964.

⁵ Povo Feirense fará: Marcha com Deus pela Democracia. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 11 abr. 1964. p. 1.

⁶ A Marcha da Família Feirense com Deus pela Democracia: a Feira, unida, demonstrou o seu repúdio aos traidores da Pátria. **Folha do Norte**. Feira de Santana, 23 abr. 1964. p. 1.

brasileiros, especialmente, por aqueles em idade escolar, destinatários históricos de normas morais e de valores cívico-patrióticos.

O ensino de História processado em muitas dessas escolas assumiu a responsabilidade na veiculação da memória erguida pelos setores conservadores da sociedade e utilizou-se, como antes, da mesma visão épica, fatalista e personalista, àquela dos fatos e heróis políticos, avessa a análises, interpretações e conflitos de perspectiva, o que contribuiu para o silenciamento de outras tantas memórias possíveis.

No Instituto de Educação Gastão Guimarães, por exemplo, a recomendação aparentemente feita pela Coordenação Pedagógica do Departamento de Estudos Sociais⁷ aos professores de História, Geografia, Educação Moral e Cívica e OSPB era a de que estes em suas aulas deveriam "chamar atenção para dois dias do ano: o 31 de março- dia da Revolução, e, o 19 de novembro, dia da Bandeira" não grafados no quadro de feriados e dias santificados do Calendário Escolar, o que demonstrava a imposição e manutenção da memória dos *vencedores* no processo de formação educacional dos *bons* brasileiros, neste caso, os futuros professores primários.

Essa tentativa de manter a memória oficial incólume, se fez de diversas formas na referida escola. No ensino de História, em sua prática de sala de aula, alguns professores descreveram viver intimidados em sua liberdade de expressão, como se houvesse "um certo modo de investimento político e detalhado do corpo" (FOUCAULT, 2012, p. 134), uma espécie de panóptico, onde os sujeitos se auto-vigiavam, como se estivessem vivendo um processo de naturalização do controle dos seus corpos e, especialmente, de suas idéias.

Sobre isso, uma das professoras de História do IEGG, a professora Clara, que atuou na escola a partir do ano letivo de 1968, quando indagada sobre a relação professor-professor, professor-Governo e possíveis repercussões em seu trabalho docente, mudou completamente o seu tom de voz, como se quisesse manifestar um verdadeiro horror ao vivido:

Vivíamos uma relação camuflada. Nós não falávamos nada, NA-DA! Ninguém comentava NA-DA! Se vc comentasse uma coisa aqui de algo que você não estava gostando, a colega lhe olhava assim, fazia um jeito assim que era para você não continuar a falar. Nós vivíamos, minha filha, amedrontados, nós não tínhamos direito de falar NA-DA, NA-DA!⁸

Essa espécie de *vigilância social*⁹, a tentativa de disciplinarização do saber histórico e das idéias que podiam ou não ser expressas no contexto social e,

⁷ O referido Calendário Letivo foi encontrado na pasta de Atas, Anotações, Planos de Curso, Exercícios e Cópias de provas pertencente ao Departamento de Estudos Sociais de posse da ex-professora e ex-Coordenadora do Departamento, Clara (nome fictício). Naquele calendário, manuscrito à caneta e no verso da folha, como se fosse um lembrete a ser dado aos professores do Departamento ao qual coordenara, encontrava-se as datas referidas: o 31 de março e o 19 de dezembro.

⁸ Trecho da fala da professora Clara (nome fictício) obtido em entrevista realizada pela autora desse texto em 12 de novembro de 2013.

⁹ Segundo Germano (2011, p. 64) o conceito de Segurança Nacional a partir da Constituição de 1967 sofre um deslocamento: de uma "defesa contra agressões externas e à preservação das fronteiras territoriais" para a defesa contra o "inimigo interno" do Estado. Essa noção de "inimigo interno", segundo

especialmente escolar, também atuou fazendo disseminar o espectro do medo de que em cada sala de aula do IEGG tinha um militar *espião*.

A professora Clara, continuou assinalando em seu depoimento, que a vigilância sobre os conteúdos ensinados era algo muito sutil na escola, relembrou, inclusive, que num dado ano da década de 1970, enquanto dava uma aula sobre a *Revolução* de 1930 ouviu um ruído de gravador na sala. Segundo ela, a aluna que estava gravando a sua voz "era filha de alguém grande do 35º Batalhão de Infantaria"¹⁰ de Feira de Santana- o 35ºBI e, este Batalhão, ainda de acordo com ela, "atuava severamente, fazendo intervenções nas instituições escolares, buscando punir infrações disciplinares de professores e alunos, os atos de subversão, como eles chamavam"¹¹.

Para a professora Clara, o IEGG era uma escola visada, sobretudo, depois que uma de suas professoras respondeu a Inquérito Policial-Militar(IPM)¹², sendo condenada e presa, num processo que durou quase três anos. Por isso, para ela, não se tratou de um ato despropositado de sua aluna, ao contrário, o que existiu ali foi uma tentativa de *espionagem*, uma tentativa de fragrá-la posicionando-se sobre os acontecimentos políticos de 1964 em paralelo aos de 1930, enfim, o que estava em jogo era o conteúdo da sua aula.

A dificuldade em trabalhar com a disciplina História nesse contexto ditatorial também foi confirmada pela professora Consuelo¹³,

[...] era uma disciplina muito visada, diziam até que tinha pessoas do Exército lá dentro da nossa sala de aula. Eu nunca vi ninguém, mas era muito visada [...] eu mesma recebia algumas orientações "olhe cuidado com o que você fala em sala de aula, cuidado com o que você diz", a aula tinha que seguir aquilo que constava no livro, que era justamente pra não fugir do programado.

Uma informação interessante que o depoimento da professora Consuelo nos traz é sobre a limitação dos conteúdos de História à versão oficial que o livro didático apresentava. Na coleta de informações sobre quais eram os livros didáticos utilizados

ele, ligava-se a de "guerra revolucionária", que "significava uma internalização, em cada país, de uma estratégia do "comunismo internacional" para conquistar o mundo". Assim, pela Constituição de 1967 a defesa da Segurança Nacional não cabia apenas às Forças Armadas mas também a "toda pessoa natural ou jurídica", daí a motivação para cada indivíduo atuar como um vigia, um iminente informante de atividades consideradas suspeitas pelo Estado.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ *Idem*.

¹² Em sua tese de Doutorado, Ana Maria Fontes dos Santos (2011, p. 278) trouxe um depoimento da ex-professora do IEGG, Yara Maria Cunha Pires, ela que respondeu a um IPM entre 1969 a 1971, sendo condenada e presa por sete meses durante o ano de 1971, depoimento que nos pareceu muito revelador da ação de pessoas ligadas ao Exército (35º BI) nas dependências do IEGG. Reproduzo o trecho: "[...] no final de 1968, não, início de 1969, [...] eu estava no Gastão Guimarães, dando aula à noite.[...] quando fui parada por um rapaz com fardamento militar, que era estudante do Gastão e que me entregou uma correspondência, aí quando eu abri a correspondência meu primeiro choque, eu estava sendo convocada para prestar depoimento no 35º Batalhão de Infantaria."

¹³ O nome atribuído a professora é fictício. A entrevista foi realizada pela autora em 13 de dezembro de 2013.

por esses professores e alunos durante o período da Ditadura civil-militar brasileira, pude catalogar oito exemplares de autores diferentes¹⁴, mas, cujas abordagens não diferiam muito uma da outra e das características historicamente enfatizadas pelo ensino de História.

A maioria dos livros didáticos elaborados naquele período e disponibilizados na biblioteca escolar do IEGG, para consulta dos seus usuários, atuaram reiterando a perspectiva de história personalista e factual comumente presente no ensino da disciplina.

A recorrência e tratamento a determinados *heróis* nacionais, a exemplo do Tiradentes, foi comum a quase todos os livros disponibilizados. Neles, podia-se encontrar sempre o citado herói nacional, demarcando o "início" da história brasileira, como evidencia o livro organizado para as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972, ano em que vários de seus exemplares foram distribuídos ao IEGG pelo governo militar do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

O livro que tem como título "Brasil: 150 anos de Independência" apresenta no conjunto de suas páginas o esforço em construir uma longa, cronológica e factual história, contada por meio de uma síntese político-institucional iniciada com o domínio colonial de D. Manoel I, em 1495, e prolongando-se até o ano comemorativo do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972, quando enfoca, especificamente, os feitos obtidos pela *Revolução* de 1964 e pelo governo militar do presidente Médici.

Era, portanto, através do uso de livros como este, ainda hoje disponíveis na biblioteca escolar do IEGG, que professores e alunos buscavam fazer suas consultas e pesquisas escolares, conhecer a história mais acessível da Nação, o que garantia a propalação da memória histórica dominante.

Segundo a aluna Flora¹⁵ foi através dessas pesquisas que ela e demais colegas de turma confeccionaram os artefatos usados no desfile comemorativo ao Sesquicentenário da Independência do Brasil, que aludiam ao grande vulto histórico responsável pela luta de libertação da colônia: o Tiradentes.

A proposta apresentada por este grupo de professorandos de 1972, sob a orientação das professoras de História e de Didática de Estudos Sociais, buscou evidenciar o desprendimento, a abdicação de Tiradentes, considerado um mártir que sacrificou a própria vida em prol da *Nação*.

A representação de Tiradentes com o barão ao pescoço, uma versão ampliada feita pelos alunos a partir de uma gravura que abria o capítulo "O caminho da Independência" do livro "Brasil: 150 anos de Independência" trazia em destaque a frase: "Foi com ele que tudo começou". Juntas, imagem e frase, ofuscava os demais adereços que compunha o artefato, levando adiante a mensagem do Tiradentes como um herói

¹⁴ "História do Brasil"- Armando Souto Maior; "Brasil: 150 anos de Independência"- Agenor Bandeira de Mello; "História do Brasil"- Vicente Tapajós; "História da República"- José Moreira Belo; "A República Velha"- Edgar Carone; "História do Brasil"- Hélio Viana; "História do Brasil" - Olavo Leonel Ferreira; "História da Bahia"- Luis Henrique Dias Tavares;

¹⁵ O nome atribuído a aluno é fictício. Entrevista realizada pela autora em 26/02/2014.

republicano, um Cristo cívico, um herói nacional (CARVALHO, 1990)¹⁶ como ensinavam os livros didáticos e como reafirmaram os militares no pós-1964, através da Lei 4.897, de 9 de dezembro de 1965, que ao declará-lo Patrono da Nação brasileira, utilizavam-no como uma metáfora ideal para sensibilizar os jovens estudantes brasileiros quanto ao seu papel na construção do *Brasil-potência*.

Em análise aos documentos do Arquivo escolar do IEGG, especialmente às correspondências enviadas pelo Exército Brasileiro, por meio do 35º Batalhão de Infantaria de Feira de Santana ao IEGG, pude observar, o esforço contínuo dessa instituição em exaltar o papel dos militares para o desenvolvimento do Brasil, bem como, suas iniciativas visando instituir novos heróis¹⁷ ou ainda em cultuar outros já consolidados na memória republicana brasileira, prática que tinha como fim a legitimação tanto do papel assumido pelas Forças Armadas nos destinos da Nação quanto da memória construída ou incorporada pelos agentes da recém instalada Ditadura.

Foi provavelmente com essa intencionalidade que se promoveu nas dependências do IEGG a palestra "A participação do Exército no desenvolvimento nacional", proferida pelo próprio comandante do 35º Batalhão de Infantaria, no ano de 1971.

Neste mesmo ano, o Batalhão encaminhou dois editais de concursos voltados também para o público estudantil. O primeiro intitulado Concurso "Serviço Militar/71" possuía o tema "Tirandentes e o ideal de liberdade no Brasil", já o segundo, denominado "Concurso Literário sobre a personalidade de Luiz Alves de Lima e Silva", tinha como tema a ser desenvolvido, "CAXIAS, o Pacificador".

O primeiro concurso, de acordo com suas Instruções Reguladoras, objetivava, em particular, focalizar aspectos da vida de Tiradentes, exaltar sua atitude na defesa dos interesses da Pátria e, por fim:

Proporcionar à mocidade estudantil uma oportunidade para familiarizar-se com os princípios que inspiram e regem a legislação relativa ao Serviço Militar e tornam imperativa sua aplicação no quadro da segurança Nacional com profundos reflexos na garantia da ordem interna e da soberania nacional, numa continuidade, pelas gerações atuais, dos esforços empregados pelos que defenderam e nos legaram a Pátria a que pertencemos.

Já o segundo concurso, buscava cultuar a figura do Duque de Caxias, reconhecido há menos de uma década como o Patrono¹⁸ do Exército Brasileiro.

O ensino de História posto em prática através dessas atividades estava permeado por um viés político institucional, que privilegiava determinados fatos e sujeitos, entre

¹⁶ No livro "A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil" de José Murilo de Carvalho há um interessante capítulo destinado à análise da trajetória de criação de Tiradentes como um herói para a recém instalada República brasileira.

¹⁷ José Murilo de Carvalho (1990, p. 55) afirmou que os "heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico".

¹⁸ Em 1962, através do decreto nº 51.429, de 13 de março, o Governo Federal proclamou o Duque de Caxias como o Patrono do Exército Brasileiro.

os quais, militares considerados *dignos* de serem pesquisados e biografados, meritosos heróis da Pátria, homens cujos perfis se caracterizavam pelo voluntarismo, abdição e serviços prestados à Nação brasileira, portanto, exemplos a serem ostentados na galeria de heróis nacionais e na memória dos jovens estudantes do IEGG.

A proclamada *biografia* dos heróis conduzia a determinados fatos históricos na marcha evolutiva do progresso e desenvolvimento da Nação brasileira, naturalizando em meio àquela estrutura ditatorial, a preponderância do poder sobre o saber, que implicava na construção pelo aluno da noção de que o que devia ser ensinado era o que a escola procurava ensinar, inibindo-o de pensar qualquer outra alternativa de conteúdo (CABRINI, CIAMPI, VIEIRA et al., 2005).

Por meio da imposição de atividades que rotinizavam a tarefa de ensinar e aprender História, como o ditado, a cópia ou a memorização de conteúdos, os alunos do IEGG iam aprendendo quais datas, eventos e heróis eram dignos de serem estudados e ensinados quando estivessem a atuar como professores, abordagem que era reforçada pela disciplina Educação Moral e Cívica, na medida em que esta privilegiava temas, tais como a pátria, a religião e a família, ministrados também sob um viés conservador e por professores considerados de confiança da Diretoria da escola.

O objetivo geral traçado para a disciplina EMC, elaborado por seus professores¹⁹ e registrado no Plano de Curso para o ano letivo de 1971, sintetizava aquilo que se esperava que os professores criteriosamente selecionados para ministrar esta disciplina deveriam desenvolver no estudante, no futuro professor: "que ele adquirisse hábitos morais e cívicos, [...] fazendo-se feliz e útil à comunidade".

De cunho atitudinal, o objetivo visava a perpetuação de valores morais e sentimentos cívicos nos alunos, e estes, não eram quaisquer alunos. Tratava-se de sujeitos que preparavam-se para o exercício profissional docente, e, por isso, deveriam ser formados sob um viés capaz de incultir determinados valores morais e cívicos a serem *retransmitidos* quando estes fossem prestar sua *contribuição* à comunidade, às novas gerações de alunos.

De acordo com depoimentos de ex-alunos entrevistados, hinos como o Nacional, à Bandeira, à Feira de Santana, ao IEGG e ao Sesquicentenário da Independência do Brasil eram repetidamente ensaiados nas aulas de História, EMC e Educação Musical com o objetivo de ser decorado e apresentado *orgulhosamente* em desfiles comemorativos pelas ruas de Feira de Santana ou em atividades cívicas realizadas no pátio da escola, pelo menos uma vez na semana, oportunidades em que se reunia o corpo diretivo, docente e discente em torno de um repertório de saberes e práticas que implicava numa parte da educação histórica promovida pelo IEGG naquela conjuntura.

A disciplina História no currículo do curso de formação de professores ofertado pelo IEGG²⁰ ao longo do período ditatorial também sofre modificações em sua nomenclatura, conteúdo e carga horária. De 1965 a 1974, ou seja, num período que compreende as normatizações advindas tanto da LDB nº 4.024/61 quanto da LDB nº

¹⁹ Alguns dos professores de História da Escola, à depender do ano letivo e da necessidade de complementação de sua carga horária, ministravam também a disciplina EMC.

²⁰ Recebe a denominação de "Colegial Normal" ou "Magistério de 1º Grau de 1ª a 4ª série", esta última, efetivamente a partir de 1975.

5692/71, sua nomenclatura apareceu como História do Brasil e da Bahia (de 1965 a 1969) e como História do Brasil (de 1970 a 1974) com (3) três aulas semanais ministradas apenas na 1ª série do curso. A partir de 1975 nota-se uma redução da quantidade de aulas semanais da disciplina, de (3) três para (2) duas aulas e, também, uma mudança em sua nomenclatura, que passou a ser designada apenas de História (1975-1985), com a exclusão de conteúdos da História da Bahia e de Feira de Santana.

Ainda que alguns depoentes, entre eles ex-professores, ex-alunos, ex-coordenadores quisessem, em alguns momentos, nos fazer crer que o IEGG não foi impactado diretamente pelo ideário, memória e normatizações forjadas pelos governos militares do período investigado, ou ainda, que este foi um local tranquilo de trabalho, diferente, inclusive, de outros colégios da cidade, o conjunto das fontes analisadas e entrecruzadas nos apresenta um quadro contrário, tanto o é que ao indagarmos nas entrevistas ou buscarmos pistas nos documentos escolares sobre possíveis *maneiras de fazer* no ensino de História que pudessem ir de encontro ao que estava posto, poucas referências foram encontradas, ocorridas apenas no final da década de 1970, já no processo de abertura *lenta, gradual e segura* do Regime.

As evidências encontradas e as interpretações realizadas até a presente fase da pesquisa vem nos encaminhando para o entendimento de que o Instituto de Educação Gastão Guimarães sofreu diretamente as ingerências do Estado Ditatorial instalado no Brasil a partir de 1964.

A formação do professor primário ofertada, bem como, o ensino de História desenvolvido parecem ter absorvido as novas regras impostas pela Política de Segurança e Desenvolvimento Nacional executada pelos governos militares. À elas estava ligado o conteúdo cívico e patriótico, que já existia, mas, que nesse período se viram reforçados pela atuação da disciplina Educação Moral e Cívica e de outras, criadas com o objetivo de conter o potencial *subversivo* da juventude estudantil e forjar uma sociedade disciplinada e alinhada ao modelo preterido pelos setores conservadores da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

CABRINI, CIAMPI, VIEIRA et al. **Ensino de História:** revisão urgente. 3ª ed. São Paulo: EDUC, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CRUZ, Neide Almeida; SILVA, Marília Queiróz da. **IEGG:** 50 anos de história. Gráfica da Feira, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GUSMÃO, Emery Marques. **Memórias de quem ensina História:** cultura e identidade docente. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil** (1964-1971). São Paulo, Cortez, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Edições Vértices, 1990.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

REIS, Daniel A. **Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória**. In: REIS; RIDENTI; MOTTA (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois** (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

SANTOS, Ana Maria Fontes dos. **Uma aventura universitária no Sertão Baiano: da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana**. 2011. 317 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2011.

SOUZA, Ione Celeste de. **Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945**. São Paulo: EDUC, 2001.

SOUZA, Ione C. J. de & CRUZ, Antonio R. Seixas.(orgs.) **Escolas normais da Bahia: olhares e abordagens**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.